

# Brasil tenta aval do Bird

CESAR FONSECA  
Da Editoria de Economia

As dificuldades cada vez mais crescentes que estão surgindo no caminho do Governo Sarney para tentar uma renegociação plurianual da dívida externa que implique a concessão de empréstimos involuntários, a exemplo da negociação feita pelo México com os credores no final do ano passado, estão levando as autoridades econômicas a acatar sugestões em favor de mecanismos novos de negociação com o aval de instituições financeiras internacionais oficiais, como o Banco Mundial, como principal avalizador junto aos bancos particulares.

Uma das últimas sugestões que está seduzindo particularmente o Governo brasileiro, segundo admitiu o assessor para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Alvaro de Alencar, ao **CORREIO BRAZILIENSE**, é a compra por parte do Banco Mundial do total da dívida a ser negociada e a sua posterior negociação com os credores particulares em condições que permitiriam ao País um desafogo financeiro e ao mesmo tempo a obtenção de novos recursos, sem os quais dificilmente será possível evitar o surto recessivo na economia depois do período de bonança do, como disse o ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, saudoso Plano Cruzado.

O novo mecanismo de renegociação da dívida que o Banco Mundial está se dispondo a utilizar, destaca Alencar, seria o de o banco comprar as dívidas brasileiras junto aos bancos privados em troca de cupons — os chamados zero coupon bonds — com taxa de juros e deságio por um prazo que poderá chegar aos 30 anos. A idéia desse novo mecanismo de negociação, ressaltou, surgiu nas discussões patrocinadas pela Comissão Bradley, parlamentar democrata norte-americano defensor de uma renegociação da dívida dos países devedores capaz de permitir uma retomada mais rápida possível do comércio internacional.

Segundo o parlamentar democrata, o impasse atual do comércio internacional está se agravando na medida que atrasa ainda mais uma solução satisfatória para a negociação da dívida dos devedores. A impossibilidade destes de pagarem seus débitos coloca em risco a continuidade do comércio internacional. Sairiam prejudicados, portanto, os próprios países desenvolvidos na medida que não teriam compradores para as suas exportações.

Há um outro mecanismo de renegociação da dívida externa em evidência, admitiu Alencar, mas o Governo não cogita, por en-

quanto, de utilizá-lo como instrumento de negociação. Seria o caso de o Governo lançar títulos no mercado com aval do Banco Mundial. Com a garantia dada pelo Bird, os bancos particulares resgatariam esses títulos, porém, cobrariam uma taxa de risco de cerca de 1,125 por cento acima da taxa de juros. Essa sugestão estaria sendo proposta por um dos principais credores do Brasil. O Citybank, cujo presidente John Reed criticou violentamente, na semana passada, a pretensão brasileira de tentar uma renegociação plurianual de sua dívida externa.

Alencar disse que não tem maiores conhecimentos dessa proposta, mas não a desconhece em linhas gerais. Ressaltou, no entanto, que o propósito básico do Governo Sarney é o de conseguir uma negociação que envolva uma taxa de risco aceitável, pois considera alta toda aquela que se apresenta acima de 1 por cento. Para o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a disposição do Governo é de obter uma taxa de risco (spreads) abaixo do negociado pelo México, de 0,5 por cento.

O Governo não descartou, no entanto, a possibilidade de obter junto aos credores um acordo plurianual da dívida. Essa hipótese, disse Alvaro Alencar, está na mesa, o País insistirá em levá-la adiante e negociará duramente para que seja aceita. O mais importante, para o Governo — lembrou — é garantir uma negociação por prazo mais dilatado para fugir das incertezas de curto prazo e permitir a elaboração de um programa econômico de médio e longo prazo, o que é bom não só para o País como, também, para os banqueiros. Alencar reconhece, porém, que não será fácil atingir tal objetivo. Indagado se está otimista na obtenção do mesmo preferiu responder que está “moderadamente otimista”.

## FMI, NÃO

As pressões dos credores para o País voltar a acertar com o Fundo Monetário Internacional um acordo de estabilização econômica (stand by) como pressuposto básico para negociação da dívida não estão, por enquanto, sendo consideradas pelo Governo, segundo Alencar. Em todos os contatos feitos com os credores nos últimos tempos, ressaltou, essa exigência não tem sido colocada na mesa. Ela, na sua opinião, não é nenhum condicionante, porque mesmo países que assinaram acordo com o FMI não estão recebendo novos recursos conforme reza os acordos acertados.

México, Filipinas, Chile, Equador, entre outros credores, todos assinaram

acordos stand by com o Fundo e nem por isso, lembra Alencar, obtiveram o total dos recursos acertados com a instituição, razão pela qual pode-se concluir que o acerto não garante a obtenção dos novos recursos. O México, por exemplo, ainda não conseguiu a adesão unânime dos credores ao total do crédito de 6 bilhões de dólares acertado com o comitê de credores na negociação plurianual que realizou.

As pretensões do Governo em negociar com os credores, seja pela realização de um acordo plurianual ou pelas alternativas que os próprios credores estão colocando na mesa à revelia do próprio Governo, encontram dificuldades de se materializar em decorrência das condições reais da economia brasileira no momento, inflação em ascensão, queda acentuada do superávit da balança comercial há três meses e esgotamento gradativo das reservas cambiais que levou o novo presidente do Banco Central, Francisco Gros, na última sexta-feira, a centralizar a política cambial — “tudo é possível”, disse, ao ser indagado sobre tal possibilidade, após almoçar com o ministro Funaro. No mesmo dia, o ministro reuniu-se com o secretário particular do presidente Sarney, Jorge Murad, que indagado sobre a centralização cambial nada respondeu, mantendo-se mudo.

O lance da centralização significa, se concretizado, o reconhecimento oficial da debilidade das reservas cambiais, mas pode, ao mesmo tempo, significar o primeiro passo no rumo de um endurecimento do Governo na negociação da dívida externa. Para o economista Paulo Nogueira Batista, assessor do ministro Funaro para a negociação da dívida, somente o encaminhamento satisfatório da dívida externa permitirá o equacionamento dos problemas internos, da inflação e da taxa de juros.

A debilidade cambial seria agravada com uma máxidevalorização destinada a recuperar o superávit comercial em queda, porém, pressionaria muito a inflação interna e essa alternativa, pelo menos se forem levadas em conta as declarações das autoridades econômicas, está descartada. Restaria um endurecimento com os credores, a partir de uma suspensão temporária dos pagamentos dos compromissos financeiros, como forma de forçar uma negociação satisfatória. O PMDB propõe essa alternativa. Ele derubou Bracher que considerava brava tal atitude. Mas a previsível centralização cambial é o caminho que o Governo pode escolher para privilegiar o pagamento dos seus compromissos. Ficou no ar o enigma da frase do novo presidente do BC: “tudo pode acontecer”.